



LEI Nº 3.026, DE 21 DE AGOSTO DE 2025

“Dispõe sobre o procedimento para a concessão de subvenções sociais no âmbito do Município de Brumadinho, estabelecendo critérios de repasse e execução, e dá outras providências”.

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a concessão de subvenções sociais pelo Município de Brumadinho, nos termos dos arts. 16, 17 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e dos arts. 12 e 16 da Lei nº 4.320/1964, estabelecendo regras para o credenciamento, habilitação e repasse de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos que atuem em áreas de interesse público.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se subvenção social a transferência de recursos financeiros, a título de ajuda de custo, às entidades privadas sem fins lucrativos que possuam atuação comprovada nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte ou desenvolvimento comunitário, com o objetivo de complementar ações de responsabilidade do Município e de interesse público relevante.

§ 1º Os recursos repassados a título de subvenção social destinam-se exclusivamente à cobertura de despesas de custeio, vinculadas à manutenção das atividades finalísticas das entidades beneficiadas.

§ 2º A responsabilidade pela gestão, execução e aplicação dos recursos recebidos é integralmente da entidade beneficiária, nos termos do que for aprovado no processo de seleção e autorizado pela Administração Pública.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por força desta Lei, a conceder, anualmente, subvenções sociais às entidades previamente credenciadas e habilitadas conforme os critérios fixados nesta norma e nos atos regulamentares dela decorrentes.



§ 1º Os valores a serem transferidos constarão da Lei Orçamentária Anual (LOA) e serão executados por meio de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com a previsão orçamentária específica, dispensada a edição de nova Lei autorizativa anual.

§ 2º A autorização de que trata este artigo se condiciona à prévia:

- I. dotação orçamentária específica;
- II. publicação do edital de chamamento público para credenciamento e seleção das entidades;
- III. demonstração de regularidade jurídica, fiscal e técnica por parte da entidade.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá prever, em anexo específico, as prioridades para a destinação de subvenções sociais no exercício subsequente.

Art. 5º Os valores globais e a quantidade de entidades a serem contempladas anualmente serão especificados no respectivo instrumento de instauração do procedimento de credenciamento e seleção da Secretaria competente, observando-se os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e, quando for o caso, em leis específicas de suplementação orçamentária.

Parágrafo único. A distribuição dos valores entre as entidades selecionadas obedecerá ao critério da igualdade formal de montantes, salvo previsão legal diversa aprovada pelo Legislativo Municipal.

Art. 6º As entidades interessadas em receber subvenções sociais deverão se credenciar previamente perante a Administração Pública Municipal, por meio de procedimento público instaurado mediante edital anual, com critérios objetivos de habilitação, pontuação e seleção.

§ 1º Serão observados os seguintes critérios mínimos de equidade:

- I. comprovação de funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos;
- II. atuação contínua em áreas compatíveis com as políticas públicas municipais;



- III. comprovação de impacto social das ações desenvolvidas;
- IV. proporcionalidade no atendimento por território e por público-alvo;
- V. inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa ou desvio de finalidade.

§ 2º A Administração poderá definir pontuação adicional para entidades que atuem em áreas ou regiões com maior vulnerabilidade social, conforme dados do diagnóstico social do Município.

§ 3º Caso o número de entidades inscritas e habilitadas exceda a quantidade máxima de beneficiárias previstas para o Exercício, será adotado processo classificatório com base, sucessivamente, nos seguintes critérios:

- I. maior tempo de atuação comprovada na área-fim;
- II. maior número de projetos executados com recursos públicos nos últimos 5 (cinco) anos;
- III. projetos que promovam acessibilidade, diversidade cultural e participação de comunidades tradicionais;
- IV. histórico técnico que demonstre capacidade da entidade na execução do objeto proposto;
- V. relevância do impacto social, cultural e artístico do projeto;
- VI. consistência do planejamento, realismo orçamentário e sustentabilidade técnica e financeira da iniciativa;
- VII. sorteio público, em caso de empate absoluto após aplicação dos critérios anteriores.

§ 4º A avaliação e classificação das entidades caberá à Comissão de Análise, composta por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados por Portaria da Secretaria competente.

§ 5º Compete à Comissão a verificação da documentação, a aplicação dos critérios de classificação e a elaboração do resultado final de seleção



Art. 7º Os recursos das subvenções sociais serão transferidos diretamente às entidades selecionadas, mediante ato autorizativo expedido por Portaria da Secretaria Municipal competente, com base em processo administrativo regularmente instruído, contendo:

- I. a habilitação da entidade, nos termos desta Lei e do edital de chamamento público;
- II. a dotação orçamentária correspondente, devidamente empenhada;
- III. a aprovação do plano de trabalho ou proposta de atuação apresentada pela entidade;
- IV. a autorização formal do titular da pasta, condicionada à conformidade técnica e jurídica dos autos.

§ 1º A formalização da concessão dar-se-á exclusivamente por meio do despacho autorizativo constante do processo administrativo, sendo vedada a celebração de convênios, termos de fomento, colaboração ou instrumentos similares.

§ 2º O ato autorizativo produzirá efeitos financeiros exclusivamente no Exercício da autorização, salvo hipótese de reprogramação autorizada em Lei.

Art. 8º As entidades sem fins lucrativos que forem beneficiadas com recursos públicos a título de subvenção social submeter-se-ão à fiscalização do órgão municipal competente, devendo apresentar prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da execução das atividades ou da vigência fixada no ato autorizativo.

§ 1º A prestação de contas consistirá, no mínimo, em relatório de execução dos valores repassados, demonstrativo financeiro das receitas e despesas, cópias de documentos comprobatórios da boa aplicação dos recursos e quaisquer outros elementos definidos em regulamento.

§ 2º A ausência de prestação de contas, a existência de irregularidades ou a aplicação dos recursos em finalidade diversa da autorizada implicarão em:

- I. suspensão do recebimento de novas subvenções, até a regularização;
- II. obrigação de restituição dos valores ao erário;



- III. comunicação aos órgãos de controle interno e externo, inclusive o Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Compete à unidade de controle interno do Município realizar o exame da regularidade das prestações de contas, podendo solicitar diligências, documentos complementares ou realizar inspeções *in loco*.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 21 de agosto de 2025.

Gabriel Augusto Parreiras

Prefeito Municipal